

## FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA ZONA COSTEIRA E EVOLUÇÃO DO TURISMO LITORÂNEO: CEARÁ E SANTA CATARINA

Ícaro Coriolano Honório<sup>1</sup>

Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Isa de Oliveira Rocha<sup>2</sup>

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Ícaro Coriolano Honório e Isa de Oliveira Rocha: "Formação sócio-espacial da zona costeira e evolução do turismo litorâneo: Ceará e Santa Catarina", Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 29 (diciembre/desembro 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/es/revistas/turydes/vol-13-no-29-diciembre-deseembro-2020/evolucao-turismo-litoraneo>

### RESUMO

A apropriação dos espaços litorâneos pelo turismo é um fenômeno que necessita ainda ser estudado com mais aprofundamento. Variados são os impactos ambientais, econômicos e sociais da atividade turística no litoral brasileiro. Este artigo busca discutir os processos da formação sócio-espacial da zona costeira e a evolução do turismo litorâneo brasileiro, especialmente dos estados do Ceará e de Santa Catarina. Para tanto, a metodologia da pesquisa consistiu em revisão teórico-temática de livros, teses, dissertações e artigos científicos, além de sites específicos. Pôde-se concluir que, ainda que inseridos na mesma porção territorial, os estados do Ceará e de Santa Catarina tiveram processos de ocupação da zona costeira diversos, incluindo sua apropriação pelo turismo, considerando o tipo de colonização e as diferentes fases econômicas de cada região.

**Palavras-chave:** Formação sócio-espacial, turismo litorâneo, Ceará, Santa Catarina.

## FORMACIÓN SOCIO-ESPACIAL DEL ÁREA COSTERA Y EVOLUCIÓN DEL TURISMO COSTERO: CEARÁ Y SANTA CATARINA

### RESUMEN

La apropiación de los espacios costeros por el turismo es un fenómeno que todavía es necesario estudiar más a fondo. Los impactos ambientales, económicos y sociales del turismo en la costa

<sup>1</sup> Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em Gestão de Negócios Turísticos pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Possui graduação em Hotelaria pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE). Professor efetivo (área hotelaria) do Instituto Federal do Ceará (IFCE). E-mail: icarocoriolano@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado na Bridgewater State University (Massachusetts-EUA). Graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora e coordenadora do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LABPLAN) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: isa.rocha2007@gmail.com.

brasileña son diversos. Este artículo busca discutir los procesos de formación socio-espacial en la zona costera y la evolución del turismo costero brasileño, especialmente en los estados de Ceará y Santa Catarina. Por lo tanto, la metodología de investigación consistió en una revisión teórico-temática de libros, tesis, disertaciones y artículos científicos, además de sitios web específicos. Se puede concluir que, a pesar de estar insertados en la misma porción territorial, los estados de Ceará y Santa Catarina tuvieron diferentes procesos de ocupación de la zona costera, incluida su apropiación por el turismo, considerando el tipo de colonización y las diferentes fases económicas de cada región.

**Palabras clave:** Formación socio-espacial, turismo costero, Ceará, Santa Catarina.

## **SOCIAL-SPATIAL FORMATION OF THE COASTAL AREA AND THE COASTAL TOURISM EVOLUTION OF CEARA AND SANTA CATARINA STATES**

### **ABSTRACT**

The appropriation of the coastal area by tourism is a phenomenon that still needs to be researched further. The environmental, economic, and social impacts of the touristic activity on Brazil's coast are numerous. This article aims to discuss the socio-spatial formation of the coastal area and Brazil's coastal tourism evolution, especially in the states of Ceará and Santa Catarina. For this purpose, this research's methodology consists in the theoretical-thematic review of books, thesis, dissertations and scientific articles, besides specific websites. It was possible to conclude that even when inserted in the same territorial portion, the states of Ceará and Santa Catarina had a diverse process in their occupation of their coastal area, including their appropriation for tourism, taking into consideration the type of colonialization and the different economic phases of each region.

### **1. INTRODUÇÃO**

A apropriação dos espaços litorâneos pelo turismo é um fenômeno que necessita ainda ser estudado com mais aprofundamento. Os impactos ambientais, econômicos e sociais da atividade turística no litoral brasileiro são muitos, além dos interesses políticos envolvidos nessa dinâmica, assim como também foram os diversos outros usos da zona costeira ao longo do tempo.

Até a primeira metade do século XVI, o mar era representado por meio das interpretações bíblicas e tinha-se no Ocidente, particularmente na Europa, uma imagem repulsiva do mar proveniente da falta de conhecimento sobre ele, de sua grande extensão territorial e das dificuldades de navegação. A partir da metade do século XVIII, surgem outras formas de apreciação da natureza, principalmente a partir das conquistas mercantis das metrópoles europeias e da conscientização da importância do espaço litorâneo e marinho como ambiente de trabalho para os pescadores. A Primeira Revolução Industrial gerou na Inglaterra efeitos ambientais negativos envolvendo a poluição da água e do ar típicos da vida urbana e atraindo a população para a região beira-mar. Esses espaços passam a ser associados à ideia de bem-estar e aumento da longevidade da população, sobretudo com o

surgimento dos banhos terapêuticos, passando-se a associar o restabelecimento da saúde à “cura marinha” (SANTOS, 2017).

A partir do século XIX, a atração pelas belas praias cresceu, desenvolvendo o interesse do turismo pelo seu uso através de práticas como iatismo e a criação de estações balneárias. Na Inglaterra foi desenvolvido um modelo de vilegiatura marítima que se difundiu para outros países, havendo uma clara distinção entre as áreas naturais ocupadas espontaneamente pelos banhistas e as que foram racionalmente preparadas para receber as classes mais abastadas (SANTOS, 2017). Nota-se, assim, que já nessa época o turismo caracterizava-se como uma atividade capaz de promover a exclusão social.

O Brasil é favorecido por seu clima predominantemente quente na zona litorânea e por sua grande extensão de costa, com 7.408 km. Ademais, o litoral brasileiro possui expressivo patrimônio natural, com ampla potencialidade para o turismo. A expansão da atividade turística em nível internacional e também o crescimento econômico e tecnológico, além da implementação de infraestrutura para viabilizar a acessibilidade, fez com que o Brasil criasse condições para ser competitivo entre outros destinos turísticos mundiais (NOVAES, 2012), ainda que o país necessite de mais esforços em termos de planejamento e gestão da atividade turística.

Conforme Espínola (2013), como característica geral dos espaços litorâneos brasileiros, observa-se a descaracterização das atividades tradicionais, substituída por uma crescente mancha citadina. Esse processo de urbanização desenfreada tem sido o fator que melhor demonstra a especialização do espaço turístico litorâneo, em resposta às crescentes demandas para construção de meios de hospedagem, sejam eles hotéis, *campings*, *resorts* ou condomínios residenciais.

Como consequência dessa dinâmica, Espínola (2013) afirma que o crescimento urbano dos municípios litorâneos aumenta a população permanente pelo efeito da polarização de iniciativas, empregos e investimentos. O fator negativo desses processos é um crescimento urbano desordenado, quando são notáveis os problemas de escassez de solo, saturação e deterioração ambiental, assim como falta de infraestruturas, equipamentos e serviços, além da sazonalidade da frequência de visitação.

Este artigo busca discutir os processos da formação sócio-espacial (SANTOS, 1977) da zona costeira e a evolução do turismo litorâneo brasileiro, especialmente dos estados do Ceará e de Santa Catarina. Para tanto, a metodologia da pesquisa consistiu em revisão teórico-temática em livros, teses, dissertações e artigos científicos, além de sites específicos. Os livros e sites consultados referem-se às temáticas de turismo e planejamento territorial. As consultas às teses e dissertações que incluem a temática desta proposta de pesquisa estão em portais de universidades. Os artigos científicos têm origem no Portal de Periódicos Capes, em revistas da área de turismo e do planejamento urbano e regional.

## 2. REVISÃO DA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA ZONA COSTEIRA E EVOLUÇÃO DO TURISMO LITORÂNEO NOS ESTADOS DO CEARÁ E DE SANTA CATARINA

No início do período colonial, o território litorâneo brasileiro foi explorado por dois principais períodos econômicos: o primeiro deles foi o da exploração da madeira pau-brasil e o segundo do cultivo da cana-de-açúcar que, para fins de abastecimento do comércio de açúcar europeu, deu origem à concentração de terras na Zona da Mata da Região Nordeste. O modelo de divisão territorial nordestino era a monocultura, caracterizada pelo uso de mão de obra escrava nas grandes propriedades das capitanias hereditárias (ALVES, 2013; SANTOS, 2017). No Sudeste e Sul do país, a zona costeira tinha como principal função a atividade administrativa e portuária, e a posse e ocupação da terra com pequenas propriedades policultoras familiares (MAMIGONIAN, 1966).

Santos (2017) discute que, a partir do século XIX, surge um modelo de desenvolvimento econômico brasileiro voltado para o mercado externo, com a grande valorização das cidades de função portuária, e que gera um povoamento pontual e concentrado, com eixos bem definidos de ocupação. Já no início do século XX, a zona de praia torna-se atraente à elite interiorana, que passa a adotar novos hábitos, como os banhos de mar, impondo uma nova racionalidade ao processo de ocupação desses espaços. Anteriormente, os ambientes estritamente costeiros não eram valorizados como áreas de moradia, sendo habitados principalmente por uma população menos favorecida, enquanto as classes mais abastadas viviam em cidades localizadas em espaços sublitorâneos. Nesse contexto, emergem novas formas de ocupação do litoral, onde vilas de pescadores dividem espaço com as residências secundárias destinadas à prática do lazer.

Ao longo do século XX, aumenta a valorização do litoral, sobretudo a partir da década de 1950, com a construção de rodovias que tornaram a zona costeira mais acessível. A partir dos anos 1970, a atividade turística acentua a incorporação das zonas de praia e o litoral passa a ser um espaço altamente valorizado, pois sua privilegiada posição geográfica lhe confere formas específicas de ocupação e uso, bem como promove o desenvolvimento de atividades econômicas, atribuindo valor ao lugar. O processo de industrialização também fez com que muitos setores exportadores tivessem suas plantas industriais próximas às cidades portuárias, reforçando a ocupação da costa brasileira (NOVAES, 2012; SANTOS, 2017).

Outro fator que contribuiu para a ampliação da ocupação da zona costeira brasileira no decorrer do século XX foi a proliferação da segunda residência, obtida, em sua maioria, pelas classes média e alta advindas do processo de industrialização do país, descobrindo o lazer na atividade de veraneio. A urbanização litorânea no entorno das capitais e das aglomerações potencialmente atrativas para o lazer foi impulsionada por essas residências, que, por sua vez, estimularam o crescimento da indústria automobilística e o desenvolvimento do sistema viário no país, que viabilizaram o deslocamento e o acesso às zonas costeiras (NOVAES, 2012).

Espínola (2013) aborda que, a partir da década de 1990, as ações implementadas pelo governo federal para conectar as capitais litorâneas a algumas cidades europeias compreenderam, dentre

outras ações, a transformação dos aeroportos locais em internacionais e a concessão da exploração de rotas aéreas internacionais regulares a companhias aéreas de turismo internacional. Assim, o turismo no litoral brasileiro trouxe transformações econômicas e urbanas tanto na escala regional quanto na escala municipal e, apesar dessas transformações tornarem-se mais evidentes no litoral do Nordeste, devido ao grande capital estrangeiro investido, outras regiões litorâneas sofreram processos semelhantes.

Durante o segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi criado o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla (Brasil, 2002-2006). Este projeto tinha por meta articular o planejamento de uso e ocupação do espaço litorâneo às práticas patrimoniais e ambientais. Até então, a regulação do litoral baseava-se no Código Florestal de 1965 e no Programa de Gerenciamento Costeiro do Brasil (GERCO), este último instituído durante o governo do presidente José Sarney (1985-1990), embora lançado no período militar, com a meta de, entre outras, regulamentar a ocupação das áreas litorâneas (ESPÍNOLA, 2013).

A atividade turística nas cidades litorâneas aliada à expansão das segundas residências no litoral, intensificaram a ocupação da zona costeira (NOVAES, 2012). Essa atividade tem crescido bastante tanto em nível nacional, resultante da população brasileira que opta como lazer o veraneio e a atividade turística, quanto no contexto internacional, promovido pelos interesses de investimentos estrangeiros. Assistiu-se a uma preferência crescente dos turistas internacionais pelos atrativos naturais litorâneos, confirmando as referências elaboradas por muitos autores de que o litoral brasileiro é, por excelência, o território do turismo.

Assim como ocorreu no restante do país, no estado de Santa Catarina a área povoada inicialmente foi o litoral (século XVII), alvo da política expansionista de Portugal para o sul do Brasil, com a fundação, por paulistas vicentistas, de vários núcleos de povoamento, como é o caso de São Francisco do Sul (em 1658), Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis, em 1673) e Laguna (em 1676), sendo este último o ponto mais meridional dentre os povoados da costa luso-brasileira, situado no marco extremo-sul da linha de Tordesilhas. A posse da terra em Santa Catarina se processou da mesma forma que no restante do país, através da concessão de sesmarias, que possuíam tamanhos variados. A configuração espacial dessas cidades, que se repete também em inúmeros outros centros regionais de menor porte, constitui, ainda hoje, um dos principais elementos de identidade espacial do litoral catarinense (CORREIA, 1999; PEREIRA, 2003; REIS, 2010).

As dificuldades que Portugal enfrentava para assegurar a sua soberania na porção meridional do Brasil, somadas ao descontentamento social e econômico que assolava Açores no século XVII, explicam a emigração espontânea da população açoriana para Santa Catarina. Os primeiros imigrantes só chegaram à Ilha de Santa Catarina em 1748. As condições do litoral catarinense apresentavam-se propícias para a ocupação em função do grande número de enseadas e rios que alcançam áreas amplas. Habitados na Europa às técnicas moageiras, os imigrantes implantaram as primeiras agromanufaturas alimentares (engenhos de farinha e açúcar e alambiques), que logo preencheram as paisagens do litoral. A mandioca transformada em farinha, inicialmente, constituiu-se

em produto básico para alimentação, depois também foi utilizada para comercialização (CORREIA, 1999).

Mamigonian (1966, p. 35) discute que:

O litoral foi transformado no século XVIII com o estabelecimento dos casais açorianos e madeirenses: as explorações policultoras familiares forneceram, nos fins dos séculos XVIII e início do século XIX, importantes excedentes alimentares (farinha de mandioca, arroz, feijão, melado etc.) que se destinaram ao abastecimento do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e até mesmo Montevideu. Nasceram, assim, no litoral catarinense os centros comerciais, Desterro, Laguna, São Francisco.

Esse era o chamado sistema de pequena propriedade, que se estendeu pelo litoral de Santa Catarina até o século XX e foi caracterizado pela diferenciação social, resultante do empobrecimento da maioria e enriquecimento de poucos com a exploração familiar, e pela destruição dos recursos florestais através da redução gradual dos lotes disponíveis, incompatível com o sistema de rotação de lavouras (MAMIGONIAN, 1999).

A chegada dos açorianos a Santa Catarina, coincidentemente, ocorreu num período em que se praticava a pesca da baleia na costa do Brasil, a qual passaram a praticar no século XIX juntamente com a pesca simples, para complementar a alimentação. Nessa primeira fase da formação territorial e econômica de Santa Catarina prosperava somente a pesca da baleia, cuja industrialização se constitui numa exceção diante do interesse da Metrópole, visto que a indústria e o comércio eram atividades proibidas por esta. Foram construídas as armações baleeiras, financiadas por capitais comerciais portugueses, para a extração de óleo de baleia, utilizado nos séculos XVIII e XIX para vários fins (como na construção civil, na conservação de madeiras, na iluminação, e também como lubrificante em diversas manufaturas), em cujo processo produtivo empregava-se o trabalho escravo (CORREIA, 1999; PEREIRA, 2003).

Assim, no século XVIII, o projeto de colonização do Brasil Meridional, do qual fazia parte a ocupação do espaço litorâneo catarinense, amplia-se e consolida-se também com a instalação de bases político-militares, o que levou à construção de um complexo de fortificações (na Ilha de Santa Catarina e áreas circunvizinhas). A “ocupação colonial do litoral catarinense” criou uma economia local baseada na pequena propriedade, cuja formação social manteve-se até muito recentemente (REIS, 2010; PEREIRA, 2003).

No tocante aos impactos da “ocupação colonial do litoral catarinense”, sobre seus ecossistemas naturais, houve generalizada destruição de sua cobertura vegetal, advinda, principalmente, da ocupação agrícola do solo. O processo de desenvolvimento urbano turístico do litoral catarinense vai acontecer, portanto, por sobre um território previamente transformado. Saliente-se que a estagnação e o abandono da agricultura levaram à regeneração espontânea da vegetação, que voltou, em muitos

casos, a cobrir elevações e restingas, cobertas por diferentes culturas agrícolas no passado (REIS, 2010).

A decadência da agricultura (e também da pesca) citada ocorreu no decorrer dos séculos XIX e XX, e deveu-se a uma série de fatores de caráter interno e/ou externo que contribuíram para a permanência das relações de produção pré-capitalistas, dentre eles a redução da mão de obra produtiva provocada pelo recrutamento dos açorianos para as milícias, a fragmentação excessiva dos pequenos lotes por herança e o esgotamento do solo arenoso. A diversidade do meio natural e o mosaico sociocultural representado pelos diferentes fluxos colonizadores dotaram Santa Catarina de uma grande diversidade de opções turísticas, especialmente em relação aos atributos naturais do seu litoral. Associada às feições geomorfológicas do extenso litoral catarinense, encontra-se uma diversidade de praias arenosas, lagunas costeiras de diferentes formas e tamanhos, baías e enseadas, estreitamente vinculadas às atividades socioeconômicas das comunidades tradicionais (PEREIRA, 2003).

O século XX imprimiu novas características à formação litorânea catarinense, aprofundando a crise das comunidades açorianas, vinculadas a um modelo econômico centrado na pequena produção mercantil. O período de 1930, até meados da década de 1950, é caracterizado pela transição de uma economia agroexportadora para urbano-industrial, resultando na acelerada urbanização brasileira. Em Santa Catarina, as modestas iniciativas industriais surgidas nos núcleos urbanos situados nos vales de colonização europeia foram conquistando espaço no mercado regional e nacional. Apesar das grandes transformações vividas pelo país por conta da expansão das relações capitalistas de produção, as cidades do litoral catarinense passaram a sofrer um período de estagnação econômica, retomando seu crescimento, sobretudo o da capital, de forma muito lenta na década de 1950 e prosseguindo na década seguinte com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina e a implantação do trecho catarinense da BR-101, concluído em 1971 (PEREIRA, 2003).

Com a conclusão da BR-101, Santa Catarina interligou-se com o restante do país. Novas rodovias internas foram construídas (BR-282 e BR-470), ligando o oeste catarinense aos três principais portos do estado, facilitando o escoamento da produção agrícola e industrial para o mercado nacional unificado. Os portos de São Francisco do Sul e Itajaí viabilizavam o escoamento da produção aos mercados externos. As comunicações foram aperfeiçoadas e a rede de energia elétrica foi ampliada. Concomitantemente, houve a popularização do veraneio e a dinamização das atividades turísticas nesse período; os municípios da orla catarinense passaram a conhecer ritmos diferenciados de ocupação e crescimento, o que fez com que alguns deles se tornassem muito cedo centros de atração de fluxos de veranistas e turistas, enquanto outros se desenvolveram só muito recentemente (CORREIA, 1999; PEREIRA, 2003).

Segundo Pereira (2003), essas casas de veranistas ou segundas residências seguiam praticamente o mesmo padrão, ocupando, em geral, lotes amplos e formando manchas contínuas que revelavam a presença de uma classe social diferente daquela que compunha os moradores das comunidades locais. É o que acontece, por exemplo, na praia central do atual Balneário Camboriú, em Itapema e

em Porto Belo, dentre outras, onde essas casas para veraneio foram se multiplicando. O processo de ocupação foi tão acelerado que já em 1964 a então chamada praia de Camboriú – hoje o maior polo turístico do estado – desmembra-se do município de Camboriú, tornando-se um município independente, denominado Balneário Camboriú.

Convém citar, conforme Silveira e Rodrigues (2015), que por conta de sua configuração físico-espacial, Florianópolis não segue o mesmo padrão de aglomeração urbana de outras cidades situadas ao longo da zona costeira brasileira. Seus núcleos urbanos estão dispersos no território formado pela Ilha de Santa Catarina, onde comunidades de pescadores que habitam a região desde muito tempo, foram transformadas em balneários pela elite local, e mais tarde pelo capital externo, para a prática do lazer e do turismo de sol e praia, como é o caso da Praia de Jurerê.

Analisando o perfil dos veranistas dessa época, cabe salientar que as praias de Cabeçudas, Camboriú (atual Balneário Camboriú) e Porto Belo recebiam prioritariamente aqueles da região de Blumenau, enquanto ao litoral do extremo norte, onde se localizam as praias de Ubatuba e Itaguaçu (ilha de São Francisco do Sul), Itajuba, Barra Velha e Piçarras, afluíam moradores de Curitiba (PR), Joinville e áreas circunvizinhas. Finalmente, cabe citar o fluxo de gaúchos que, procedentes, sobretudo, de Porto Alegre, já chegavam às praias do sul catarinense como Garopaba (PEREIRA, 2003).

Esse período também coincidiu com a criação do Departamento Autônomo de Turismo (DEATUR), por volta de 1968. Paralelamente a este órgão, o governo do estado mantinha uma estrutura de apoio ao turismo junto ao Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), denominada Besc Empreendimentos e Turismo S/A. Em 1974, seu nome foi alterado para Besc Turismo S/A. Posteriormente, em 1975, com a extinção do Besc Turismo, foi criada a Empresa de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina (TURESC). Em 28 de junho de 1977, resultante da fusão da Turesc e da Citur/Rodofeira de Balneário Camboriú, surge a Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina (CITUR). O nome perdurou até 28 de outubro de 1987. De modo a promover uma maior relação com o nome do estado, passou para Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR), órgão responsável pela promoção do turismo em nível estadual (SANTA CATARINA, 2020).

Com o processo de transformação da economia catarinense, nas décadas de 1970 e 1980 intensificou-se o movimento migratório rural-urbano. Os motivos se devem a duas ordens de fatores: o primeiro relaciona-se com a revitalização dos setores secundário e terciário, e o segundo é decorrente da expansão do capital no meio rural em algumas regiões. De todo modo, o desenvolvimento da economia catarinense, respondendo aos estímulos das políticas de desenvolvimento nacionais, ocorre em vários polos de produção fabril específica, promovendo a proliferação de cidades de porte médio espalhadas pelo território estadual (CORREIA, 1999).

Conforme Meurer e Lins (2008, p. 282), “embora desde meados dos anos 80 a diferença entre os números de turistas nacionais e estrangeiros apresente um constante crescimento em benefício do



fluxo brasileiro, a presença de argentinos é um traço saliente do turismo catarinense”. Os autores acrescentam ainda que a origem dos turistas brasileiros que vêm a Santa Catarina é basicamente da Região Sul do país, especialmente do estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente, observa-se a desigualdade territorial na orla catarinense, ocasionada não apenas pelo volume da movimentação turística, mas também pela diversidade dos estágios alcançados pelas várias localidades em razão das diferentes temporalidades em que se intensifica a demanda turística e, até mesmo, pela origem dos fluxos. O aumento dos fluxos turísticos promoveu o surgimento de um aparato receptivo e fez Santa Catarina se destacar no âmbito do turismo brasileiro. Os locais mais procurados têm a tendência de repetir o mesmo “modelo” turístico caracterizado por um intenso processo de urbanização e por grandes impactos ao meio ambiente (PEREIRA, 2003).

Conforme Reis (2010, p. 17):

A ocupação urbano-turística do litoral catarinense ocorre, fundamentalmente, por sobre áreas previamente transformadas pela ocupação agrícola pretérita, nesse momento com cobertura vegetal em processo de regeneração. Mata Atlântica e restingas encontram-se, nessas áreas, em diferentes estágios de recuperação, estabelecendo diferentes formações vegetais que expressam uma gradativa substituição de espécies. As encostas mais íngremes dos maciços cristalinos, cobertas por formações primárias ou secundárias de Mata Atlântica, as dunas fixas e semi fixas, as restingas inundáveis e os manguezais constituíram os ambientes que delimitaram a ocupação humana, tanto na utilização agrícola do passado quanto no uso residencial e turístico do presente. Às dificuldades colocadas por estas áreas a uma efetiva ocupação (incluindo, também, riscos de aceleração dos processos erosivos nas encostas e de desestabilização de dunas) se soma, no presente, sua valorização em termos paisagísticos, científicos e ecológicos, além do seu potencial como mananciais de água e lugares para lazer e recreação.

Por conta dessa fragilidade ambiental citada, é necessária a criação de devida legislação de uso e ocupação do solo, com demarcação de áreas de preservação no estado de Santa Catarina, para que os recursos ambientais e turísticos do estado sejam protegidos, com ações de conservação, recuperação e manejo sustentável dos ecossistemas naturais. Ademais, é preciso que se implemente uma forte política de fiscalização nessas áreas, com controle do fluxo de visitantes para evitar a saturação dos recursos presentes.

Em relação à ocupação da zona costeira do estado do Ceará, a exemplo do resto do litoral brasileiro, observa-se que ela ocorreu inicialmente com o objetivo de defender o território e para o desenvolvimento da agricultura (principalmente do cultivo da cana-de-açúcar) e, posteriormente, sofreu fortes reflexos dos diversos períodos econômicos e políticos nacionais. A atividade da pecuária, intensificada após a crise da produção açucareira em decorrência da concorrência nas Antilhas, propiciou a ocupação do sertão cearense, e a economia estadual teve como característica

sua expansão efetivada no sentido sertão-litoral, retardando, assim, o povoamento da zona litorânea (ALVES, 2013; NOVAES, 2012).

O espaço litorâneo do Ceará passa a sofrer modificações quanto ao uso e ocupação, principalmente em seu “valor simbólico”. O século XIX marca essa transição, pois os valores culturais europeus fazem com que as classes locais mais favorecidas valorizem a beira-mar. Especificamente no Ceará, nos anos 1920, o uso das praias como ambiente de lazer intensifica-se através de casas de veraneio na Praia de Iracema, situadas na cidade de Fortaleza. O litoral, antes habitado por pescadores e outras classes menos abastadas, passa a ser um local exclusivo de pessoas mais favorecidas (ARAÚJO; PEREIRA, 2011).

Na década de 1930 intensifica-se o processo de industrialização em Fortaleza, promovendo o crescimento urbano e a favelização. A partir da década de 1950, o binômio lazer e veraneio inverteu o sentido de urbanização/ocupação de Fortaleza, promovendo a busca da orla marítima pela classe dominante, não só em Fortaleza como em todo o litoral cearense, induzindo a remoção dos habitantes locais mais pobres das zonas de praia. A construção das casas secundárias dos veranistas em outros municípios induzia a provisão de infraestrutura por parte do estado, para a viabilização dos novos contextos de ocupação. A valorização da zona costeira do Ceará estimulou o crescimento das atividades econômicas da cadeia produtiva do turismo, como hospedagem, bares, restaurantes, transportes e outros serviços relacionados, caracterizando, dessa forma, o turismo como uma nova possibilidade econômica para o Ceará (NOVAES, 2012).

A partir da década de 1960, as capitais litorâneas nordestinas, bem como municípios do entorno, tiveram seus territórios modificados de acordo com o recebimento de recursos públicos para infraestrutura urbano-turística. Isso ocorreu por conta de incentivos proporcionados pelo estado, articulados a partir da recém criada Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com a destinação de recursos federais para construção e manutenção de empresas estatais, como a Vale do Rio Doce e a Petrobrás, e para o desenvolvimento das atividades industriais, que constituíram seu espaço na economia nordestina e iniciaram o crescimento econômico e, conseqüentemente, de um novo ordenamento territorial para a região (ALVES, 2013).

Entre perímetros irrigados e polos industriais metropolitanos, havia ainda uma extensa parcela do território que não participava da modernização. Inicialmente, a ocupação da zona litorânea limitava-se à Fortaleza, com a construção de vários bangalôs, prédios e casas de veraneio. Trata-se do primeiro período de ocupação: uma elite valorizando a proximidade com o mar na capital do estado (ARAÚJO; PEREIRA, 2011; CASTRO; PEREIRA, 2019).

A zona costeira cearense, a partir de 1950, passa a sofrer processos de apropriação. Os residentes nos municípios relativamente próximos de Fortaleza vão protagonizar outra fase desta ocupação. Tal fator é bastante relevante para a urbanização litorânea e o surgimento de várias localidades ao longo da orla marítima cearense, que extrapola os limites da área da capital. Vilarejos costeiros da época, entre 1960 e 1970, já se mostravam como destinos atrativos para visitação. Em meados da década

de 1970 é criada a Empresa Cearense de Turismo S.A (EMCETUR), a qual atuou especificamente no processo de divulgação de destinos como as praias de Jericoacoara (Acará), Canoa Quebrada (Aracati), Lagoinha (Paraipaba) e Morro Branco (Beberibe), que passam a figurar entre os primeiros “cartões postais” do Ceará, atraindo visitantes provenientes de Fortaleza e de outros estados e países (ARAÚJO; PEREIRA, 2011; CASTRO; PEREIRA, 2019).

A partir do ano de 1987, o turismo passa a fazer parte do planejamento territorial no Ceará, tendo o litoral como espaço aberto para alocação de empreendimentos internacionais voltados ao atendimento da demanda turística estrangeira, trazendo divisas aos cofres públicos (CASTRO, 2016). Uma das ações que favoreceu o crescimento do fluxo turístico no litoral foi o conceito do Corredor Turístico, previsto no plano de governo de 1995, através da criação da Rodovia Estruturante a partir de rodovias já existentes: CE-040 transformada em Rota do Sol Nascente e CE-085 em Rota do Sol Poente, as quais foram ampliadas e requalificadas. Também foi prevista a execução e/ou manutenção de vias de acesso às localidades litorâneas (NOVAES, 2012), além, conforme Castro (2016), de investimentos em reforma ou construção de aeroportos, o que transformou a capital do estado em ponto de recepção e distribuição de fluxos para os demais municípios litorâneos.

No decorrer da década de 1990 também se intensificaram os investimentos em empreendimentos turísticos com capital internacional, proveniente, sobretudo, dos países ibéricos e escandinavos. Tal fato é notável em diversos municípios do litoral cearense, mas, sobretudo, na RMF, onde se observa maior densidade e ocorrência desses tipos de empreendimentos (CASTRO, 2016). A partir de 2007, houve a aplicação de US\$ 205 milhões em infraestrutura, marketing e capacitação, diversificando-se a oferta turística e incluindo o segmento do ecoturismo, passando a explorar as serras cearenses. Todavia, o litoral permanece como zona prioritária para os empreendedores e, também, visitantes (CASTRO; PEREIRA, 2019).

Em 2013, o estado do Ceará desenvolveu política específica para investimentos em infraestrutura viária e turística. O Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste (PROINFATUR) mantém o litoral como espaço prioritário para a alocação de recursos. Tais transformações proporcionaram o surgimento de diversas relações nas populações tradicionalmente residentes, sobretudo no surgimento de novas categorias sócio-ocupacionais. A recente inserção do imobiliário turístico nos vilarejos costeiros modifica não apenas a morfologia urbana, mas também provoca mudanças nos materiais utilizados das unidades habitacionais produzidas, aberturas de novas frentes urbanizáveis e especulação dos valores de produtos e serviços nas localidades (CASTRO; PEREIRA, 2019).

Quando o turismo se insere nas comunidades de forma predatória, os habitantes locais ficam à margem desse processo e passam também a ser afetados por mazelas sociais antes não enfrentadas: tráfico e uso de drogas, prostituição, descaracterização da cultura local para se “adequar” aos visitantes, dentre outros efeitos negativos. Para que esses impactos sejam evitados, torna-se essencial a participação popular na condução das políticas públicas de turismo locais.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que, ainda que inseridos na mesma porção territorial, os estados do Ceará e de Santa Catarina tiveram processos de ocupação da zona costeira diversos, considerando as diferentes fases econômicas e o tipo de colonização de cada região.

No tocante às particularidades de cada estado no processo de ocupação do litoral pelo turismo, observou-se uma diferença entre os dois estados. Historicamente, enquanto o turismo no Ceará expandiu-se da capital Fortaleza para o interior, por meio do surgimento de uma elite que passou a valorizar atividades de lazer relacionadas ao mar, no estado de Santa Catarina a elite local passou a ocupar as próprias praias do litoral de Florianópolis, formatando-se, assim, a caracterização do turismo de segunda residência nos dois estados. Ademais, referente ao fluxo de turistas originados de outras regiões brasileiras e países, percebeu-se que no Ceará os turistas advêm de diversas outras regiões brasileiras e países; já o perfil do turista de Santa Catarina é caracterizado especialmente pela forte presença de gaúchos e argentinos.

No entanto, quando se analisa a evolução do turismo nessas localidades, percebem-se algumas semelhanças, principalmente no tocante à modificação constante do ambiente natural para atender aos interesses do capital, sem considerar o devido planejamento territorial, necessário para mitigar os efeitos negativos da atividade turística ao meio ambiente.

Ao se pensar no turismo como alternativa econômica para o desenvolvimento das comunidades litorâneas, é preciso construir um modelo que respeite as particularidades de cada lugar, tanto no quesito ambiental quanto no sociocultural. Estímulos à criação de áreas de preservação, controle do fluxo de visitantes com estudos de capacidade de carga e programas de educação ambiental junto à comunidade e turistas são algumas ações que podem ser empregadas nos destinos turísticos litorâneos, de modo a torná-los mais sustentáveis.

### BIBLIOGRAFIA

- ALVES, L. S. F. (2013): "Culturas de ordenamento territorial do turismo das Regiões Metropolitanas de Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE e Salvador-BA". Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Ce.
- ARAUJO, E. F. e PEREIRA, A. Q. (2011): "O turismo e a valorização do litoral metropolitano: espacialidade turística em Caucaia-Ce". Na revista *RA'EGA*, n. 21, 2011, p. 78-104.
- CASTRO, T. S. e PEREIRA, A. Q. (2019): "Produção dos territórios turísticos no Ceará". Na revista *Ateliê Geográfico*, v. 3, n. 2, agosto de 2019, p. 51-72.
- CASTRO, T. S. (2016): "O Sol nasce para todos? Planejamento, turistificação e urbanização litorânea na Costa do Sol Poente do Ceará". Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Ce.

- CORRÊA, W. K. (1999): “Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina”. Na revista *Geosul*, v. 14, n. 27, janeiro/junho de 1999, p. 25-44.
- ESPÍNOLA, A. M. (2013): “Transformações na Zona Costeira: um estudo das relações entre economia, turismo e urbanização”. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-Rs.
- GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (2005): Decreto nº 3.077, de 20 de abril de 2005. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-3077-2005-santa-catarina-institui-a-comissao-estadual-para-o-desenvolvimento-do-projeto-orka>.
- GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (2020): Santa Catarina Turismo – SANTUR. Disponível em: <http://turismo.sc.gov.br/institucional/index.php/pt-br/a-santur/a-santur>.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2006): Lei nº 13.796, de 30 de junho de 2006. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20060630/do20060630p01.pdf#page=1>.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2009): Decreto nº 29.973, de 24 de novembro de 2009. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20091125/do20091125p01.pdf#page=1>.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2019): Plano estratégico de desenvolvimento de longo prazo do estado do Ceará – Ceará 2050. Disponível em: <http://www.ceara2050.ce.gov.br/api/wp-content/uploads/2019/09/ceara-2050-governanca.pdf>.
- LINS, H. N. e MEURER, R. (2008): “Macroeconomia do Turismo Argentino em Santa Catarina”. Na revista *Turismo em Análise*, v. 19, n. 2, agosto de 2008, p. 272-292.
- MAMIGONIAN, A. (1966): “Vida regional em Santa Catarina”. In: Goldenstein, L. (Dir.) *Orientação*. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, p. 35-38.
- MAMIGONIAN, A. (1999): “Desenvolvimento econômico e questão ambiental”. Na *Revista do Departamento de Geografia*, n. 13, 1999, p. 49-55.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (1997): Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/estruturas/orka/\\_arquivos/pngc2.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/orka/_arquivos/pngc2.pdf).
- NOVAES, L. N. S. (2012): “Turismo de Sol e Mar: empreendimentos turísticos imobiliários e o desenvolvimento urbano e socioeconômico no Litoral do Ceará – O caso de Beberibe”. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.
- PEREIRA, R. M. F. A. (2003): “Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes”. Na revista *Geosul*, v. 8, n. 35, janeiro/junho de 2003, p. 99-129.

- PEREIRA, R. M. F. A. (2010): “Expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis”. Na revista *Interações*, v. 12, n. 1, janeiro/junho de 2011, p. 101-111.
- QUEIROZ, A. (2017): “Planejamento e metropolização do lazer marítimo em Fortaleza-Ceará, Nordeste do Brasil”. Na revista *Eure*, v. 43, n. 128, janeiro de 2017, p. 153-173.
- REIS, A. F. (2010): “Crescimento urbano-turístico, meio ambiente e urbanidade no litoral catarinense”. No *I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, Rio de Janeiro, novembro/dezembro de 2010.
- RODRIGUES, A. B. e SILVEIRA, M. A. T. (2015): “Urbanização turística no Brasil: um foco em Florianópolis – Santa Catarina”. Na revista *Via Tourism Review*, v. 7, 2015.
- SANTOS, M. (1977): “Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método”. Na revista *Boletim Paulista de Geografia*, v. 54, junho de 1977, p. 81-100.
- SANTOS, C. N. C. (2017): “Entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia: onde as políticas territoriais se encontram”. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão-Se.